



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"  
ESTADO DE SÃO PAULO

**LEI Nº 1.560, DE 14 DE JUNHO DE 2002**

(Dispõe sobre o Plano de Carreira e de Vencimentos destinado aos servidores do Quadro do Magistério Público do Município de Itapevi e dá providências correlatas)

**DALVANI ANALIA NASI CAMEZ**, Prefeita do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI** aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte lei:



## CAPÍTULO I

### Das Disposições Preliminares

Art. 1º – Fica instituído, na forma estabelecida nesta lei, o Plano de Carreira e de Vencimentos para os servidores do Magistério Público do Município de Itapevi, de acordo com o Anexo I, subanexos I e II.

Art. 2º – Integram este Plano de Carreira e de Vencimentos os Profissionais do Magistério que exercem atividades de docência e os que oferecem suporte pedagógico direto a tais atividades, incluídas as de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional.

Art. 3º – Constitui campo de atuação dos profissionais do Magistério a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Especial.

Art. 4º – Para fins de aplicação deste Plano de Carreira e Vencimentos considera-se:

- I – Cargo: conjunto de atribuições e responsabilidades conferidas ao profissional do magistério;
- II – Carreira: o agrupamento de cargos de provimento efetivo, de complexidade e de retribuição crescente, organizados em classes, de acordo com exigências de escolaridade para o exercício da docência;
- III – Classe: conjunto de cargos de mesma natureza definido segundo o campo de atuação do profissional do magistério;
- IV – Quadro do Magistério Público Municipal: o conjunto de cargos e funções docentes e de profissionais que oferecem suporte pedagógico à docência, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

25



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI**

"ITAPEVI - Cidade Esperança"  
ESTADO DE SÃO PAULO

V – Funções do Magistério: as atividades de docência e as de suporte pedagógico direto à docência e as de substituição docente, aí incluídas as de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;

VI – Efetivo Exercício: refere-se aos dias efetivamente trabalhados pelos integrantes da carreira do magistério acrescido das determinações previstas em legislação específica.

Art. 5º – O Quadro do Magistério Público Municipal de Itapevi compõe-se de cargos efetivos de Professor, de funções temporárias para substituição docente, de cargos de Suporte Pedagógico e de provimento em comissão, distribuídos numericamente por áreas de atuação ou de especialização profissional.

## **CAPÍTULO II**

### **Das Formas de Provimento**

Art. 6º – O ingresso para o cargo efetivo de professor ocorrerá exclusivamente por concurso público de provas e de títulos, vinculado à área de atuação docente, observando-se como qualificação mínima:

I – para docência na educação infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental: formação em curso superior de graduação, de licenciatura plena, ou curso normal superior, admitida como formação mínima a obtida em nível médio, na modalidade normal;

II – para docência nas séries finais do ensino fundamental: formação em curso superior de graduação, de licenciatura plena correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo nos termos da legislação vigente.

Art. 7º – O ingresso na carreira do Quadro do Magistério dar-se-á na classe e nível inicial do cargo de professor, respeitado o campo de atuação na seguinte conformidade:

I – Professor CL 1 – Nível I para atuar no Ciclo 1 do Ensino Fundamental e da Educação Infantil e da Educação Especial;

II – Professor CL 4 – Nível I para atuar no Ciclo 2 do Ensino Fundamental.

Parágrafo único – Fica ressalvado o exercício da docência em outro campo de atuação ao professor titular de cargo, quando indispensável para viabilizar o cumprimento de atividades curriculares do 1º ou 2º Ciclos do Ensino Fundamental.

*de*



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"  
ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 8º – Serão declarados estáveis, após três anos de efetivo exercício cumprido em estágio probatório, os profissionais nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. A estabilidade estará condicionada à avaliação do estágio probatório realizada na forma de lei específica, sem prejuízo da avaliação periódica de desempenho, também na forma de lei específica.

Art. 9º – Os cargos de Suporte Pedagógico, de nomeação em comissão, são de livre nomeação e exoneração do Governo do Município.

Art. 10 – Os cargos de Suporte Pedagógico e os requisitos para o seu provimento são os fixados no **Anexo II** desta lei.

§ 1º – Somente caberá substituição aos cargos de suporte pedagógico lotados em unidade escolar que integram o sistema municipal do ensino;

§ 2º – Aplicam-se aos substitutos dos titulares de cargos mencionados no parágrafo anterior as exigências estabelecidas no **Anexo II**.

## CAPÍTULO III

### Das Atribuições e Responsabilidades do Cargo

Art. 11 – São atribuições e responsabilidades do ocupante do cargo de Professor, sem prejuízo daquelas conferidas na Lei Federal n.º 394, de 20/12/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e considerada a proposta pedagógica da respectiva Unidade Escolar:

I – planejar diariamente as aulas e as atividades, selecionando materiais didáticos e pedagógicos, com base no planejamento anual, visando a atingir os objetivos curriculares;

II – ministrar aulas nas áreas específicas, obedecendo ao planejamento, para obter melhor qualidade de ensino;

III – zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV – avaliar os alunos, observando o grau de participação, interesse e desenvolvimento socioeconômico;

V – identificar os alunos que apresentem necessidade de atendimento diferenciado, propondo o devido encaminhamento ao pessoal de suporte pedagógico da escola;

VI – estabelecer e implementar estratégias de recuperação contínua para os alunos de menor rendimento;

VII – cumprir a jornada de trabalho atribuída e os dias letivos constantes do calendário escolar;

2



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI**

"ITAPEVI - Cidade Esperança"  
ESTADO DE SÃO PAULO

VIII – participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

IX – recorrer sistematicamente às atividades disponíveis na Oficina Pedagógica como espaço de ampliação e de avaliação das reuniões pedagógicas;

X – organizar e promover atividades associadas às solenidades comemorativas como forma de incentivar o interesse dos alunos pelos eventos histórico-sociais da Pátria;

XI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e comunidade;

XII – comprometer-se com o desenvolvimento das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da unidade escolar e ao processo de ensino-aprendizagem.

Art. 12 – As atribuições inerentes aos ocupantes dos cargos de Suporte Pedagógico são as determinadas no Manual de Cargos dos Servidores da Prefeitura do Município de Itapevi.

## **CAPÍTULO IV Dos Direitos e Deveres**

### **SEÇÃO I Dos Direitos**

Art. 13 – Além dos previstos em outras normas, são direitos do integrante do Quadro do Magistério Público do Sistema Municipal, bem como do integrante do Quadro do Magistério Público do Sistema Estadual colocado à disposição do Município de Itapevi:

I – ter ao seu alcance informações educacionais, bibliografia, material didático e especializado e outros instrumentos, bem como contar com a assistência técnica que auxilie e estimule a melhoria do seu desempenho profissional e a ampliação de seus conhecimentos;

II – ter assegurada a oportunidade de frequentar cursos de formação, atualização e especialização profissional de acordo com critérios definidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

III – dispor, no ambiente de trabalho, de instalações e material técnico-pedagógico suficiente e adequado, para que possa exercer com eficiência e eficácia suas atribuições;



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI**

"ITAPEVI - Cidade Esperança"  
ESTADO DE SÃO PAULO

IV – ter liberdade de escolha e de utilização de materiais, de procedimentos didáticos e de instrumento de avaliação do processo de ensino-aprendizagem, dentro dos princípios psicopedagógicos, objetivando alicerçar o respeito à pessoa humana e à construção do bem comum;

V – receber, através dos serviços especializados de educação, assistência ao exercício profissional;

VI – participar, como integrante do Conselho de Escola, dos estudos e das deliberações que afetam o processo educacional;

VII – participar do processo de planejamento, execução e avaliação das atividades educacionais..

VIII – (vetado).

## **SEÇÃO II Dos Deveres**

Art. 14 – O integrante do Quadro do Magistério Público do Sistema Municipal e o do Quadro do Magistério Público do Sistema Estadual colocado à disposição do Município de Itapevi têm o dever constante de considerar a relevância social de suas atribuições, mantendo conduta moral e funcional adequada à dignidade profissional, em razão da qual, além das obrigações previstas em outras normas, deverá:

I – conhecer as leis e respeitar a elas;

II – preservar, através do seu desempenho profissional, os princípios, os ideais e fins da educação brasileira;

III – empenhar-se em prol do desenvolvimento do aluno, utilizando processos que acompanhem o progresso científico da educação;

IV – comparecer ao local de trabalho com assiduidade e pontualidade, executando suas atribuições com eficiência, zelo e presteza;

V – participar das atividades educacionais que lhe forem atribuídas por força de suas funções;

VI – manter espírito de cooperação e solidariedade com a equipe escolar e a comunidade em geral;

VII – assegurar o desenvolvimento do senso crítico e da consciência política do educando;



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI**

"ITAPEVI - Cidade Esperança"  
ESTADO DE SÃO PAULO

VIII – incentivar a participação, o diálogo e a cooperação entre educandos, demais educadores e a comunidade em geral, visando à construção de uma sociedade democrática;

IX – respeitar o aluno como sujeito do processo educativo e comprometer-se com a eficácia do seu aprendizado e desenvolvimento pleno;

X – comunicar à autoridade imediata as irregularidades que tiver conhecimento na sua área de atuação, ou às autoridades superiores, no caso de omissão por parte da primeira;

XI – zelar pela defesa dos direitos profissionais e pela reputação da categoria profissional;

XII – fornecer elementos para a permanente atualização dos seus assentamentos funcionais junto aos órgãos competentes;

XIII – considerar os princípios psicopedagógicos, a realidade socioeconômica da clientela escolar e as diretrizes da política educacional na escolha e utilização de materiais, procedimentos didáticos e instrumentos de avaliação do processo de ensino-aprendizagem;

XIV – participar do Conselho de Escola;

XV – participar do processo de planejamento, execução e avaliação das atividades escolares;

XVI – assegurar a efetivação dos direitos pertinentes à criança e ao adolescente nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente e legislação municipal atinente.

## **CAPÍTULO V** **Da Jornada de Trabalho**

Art. 15 – Os integrantes da classe Professor nomeados para atuar no Ciclo 1 do Ensino Fundamental, da Educação Infantil e da Educação Especial, exercerão suas atribuições em uma das seguintes jornadas de trabalho:

I – jornada de 24 (vinte e quatro) horas semanais, das quais 20 (vinte) horas de trabalho em sala de aula e 4 (quatro) horas de trabalho em atividades pedagógicas coletivas;

II – jornada de 30 (trinta) horas semanais, das quais 25 (vinte e cinco) horas de trabalho em sala de aula e 5 (cinco) horas de trabalho em atividades pedagógicas coletivas;



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"  
ESTADO DE SÃO PAULO

Art.16 – Os integrantes da classe Professor nomeados para atuar no Ciclo 2 do Ensino Fundamental exercerão suas atribuições em uma das seguintes jornadas de trabalho:

I – jornada de 40 (quarenta) horas semanais, das quais 32 (trinta e duas) horas de trabalho em sala de aula e 8 (oito) horas de trabalho em atividades pedagógicas coletivas;

II – jornada de 12 (doze) horas semanais, das quais 10(dez) horas de trabalho em sala de aula e 2 (duas) horas de trabalho em atividades pedagógicas coletivas.

Art. 17 – Para fins desta lei, entende-se:

I - trabalho em sala de aula, correspondente a 60 (sessenta minutos), dos quais 50 (cinquenta) são dedicados exclusivamente às atividades próprias de ministrar aula;

II – horas de trabalho pedagógico coletivo – **htpc** – as exercidas na unidade escolar de exercício docente e em outras unidades e/ou instituições indicadas pela Secretaria de Educação e Cultura, sendo destinadas a:

- a) – preparação e avaliação do trabalho didático;
- b) – colaboração com a gestão da unidade escolar;
- c) – participação em reuniões pedagógicas;
- d) – programas de articulação da escola – comunidade; e
- e) – aperfeiçoamento profissional.

Parágrafo único – as horas de trabalho pedagógico coletivo – **htpc** – fixadas pela unidade escolar deverão ser cumpridas por todos os professores que tiverem classes/aulas atribuídas, inclusive quando cumprirem carga horária suplementar, carga horária excedente e/ou se encontrarem em regime de acumulação de cargo, incluídos os professores afastados junto ao Município pelo Convênio de Municipalização do Ensino.

Art. 18 – Os professores sujeitos às jornadas previstas nos artigos 15 e 16, ambos desta lei, poderão exercer carga horária suplementar de trabalho.

Art. 19 – Entende-se por carga horária suplementar de trabalho o número de horas prestadas pelo professor, além daquelas fixadas para a jornada de trabalho a que estiver sujeito.

§ 1º – As horas prestadas a título de carga horária suplementar de trabalho são constituídas de horas de trabalho em sala de aula, acrescidas de 20% correspondentes às horas de trabalho em atividades pedagógicas coletivas.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"  
ESTADO DE SÃO PAULO

§ 2º - O número de horas semanais da carga horária suplementar de trabalho corresponderá à diferença entre o limite de 40 (quarenta) horas e o número de horas previsto para cumprimento das jornadas de trabalho previstas nesta lei.

§ 3º - Quando o número de horas-aulas indivisível pertencente ao componente curricular atribuído ao professor que atua no Ciclo 2 do Ensino Fundamental ultrapassar as horas da jornada em que estiver incluído, será caracterizada carga horária suplementar de que trata o "caput", podendo, neste caso, ultrapassar o limite de 40 (quarenta) horas semanais, respeitando-se o limite constitucional.

Art. 20 - A opção inicial por uma das jornadas de trabalho docente ocorrerá quando do ingresso, obedecidas a classificação e a oferta de vagas definidas no respectivo edital de concurso público de provas e de títulos.

Parágrafo único - O docente incluído em qualquer das jornadas de trabalho previstas nos incisos I e II dos artigos 15 e 16, no momento da inscrição do processo de atribuição de classes e aulas previsto no Calendário Escolar anualmente instituído pela Secretaria de Educação e Cultura, poderá solicitar a ampliação ou redução de sua jornada, fato este que será decidido pela Secretaria de Educação, com o critério da possibilidade e interesse públicos.

Art. 21 - Os integrantes da classe de suporte pedagógico cumprirão a jornada de trabalho correspondente ao cargo que exercem na conformidade do **Anexo III** que integra esta lei.

Parágrafo único - A nomeação para provimento em comissão do cargo de Professor Assessor de Ensino poderá ocorrer em jornada de trabalho de duração menor do que aquela fixada no **Anexo III**, com fim único de atendimento às demandas específicas da Secretaria de Educação e Cultura.

## CAPÍTULO VI Das Escalas de Vencimentos

Art. 22 - A escala de vencimentos dos cargos públicos efetivos de professor constitui-se de uma tabela indiciária, conforme indicado:

**Tabela** - Com (05) cinco Faixas de Níveis/Índices com (07) sete níveis (para progressão horizontal) referenciados pela letra "N" seguida dos algarismos 1 a 7 e as Classes de Professor, referenciadas pela inicial "CL" (classe) seguidas de algarismos numéricos correspondentes, de 1 a 5. Essa tabela apresenta os índices permanentes, que aplicados sobre o Vencimento-Base 4, do Grupo D, produz o Vencimento do funcionário.

*[Handwritten signature]*





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"  
ESTADO DE SÃO PAULO

## TABELA INDICIÁRIA (Professor)

Referência	N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7
CL 1	100	107	114	121	128	136	144
CL 2 CL4	144	152	161	170	179	189	199
CL 3 CL5	179	189	199	209	220	231	242

Art. 23 – A cada Grupo de Cargos corresponde um Vencimento-Base, referenciado pela sigla "VB" seguida de algarismos numéricos, conforme tabela exibida no artigo 24.

Art. 24 – Periodicamente, sempre que necessário, o executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, proposta de valores para os Vencimentos-Base, em conjunto ou isoladamente, visando à atualização monetária dos salários, acompanhada do respectivo justificativo.

§ 1º – Para a implementação a presente Lei, são propostos os seguintes valores:

## TABELA DE VENCIMENTOS-BASE

Grupos	Vencimento Base	Valor do VB
Grupo 1 – Cargo de professor	VB 4	660,00
Grupo 2 – Cargo de suporte pedagógico	VB 5	500,00

Art. 25 – Aprovados os valores dos Vencimentos-Base apontados pelas respectivas Tabelas, o Prefeito publicará ato com os valores devidamente calculados.

Parágrafo Único – Na vigência desta Lei, as tabelas com os valores a serem aplicadas constam do CAPÍTULO VII – Dos Vencimentos

## CAPÍTULO VII Dos Vencimentos

Art. 26 – A retribuição pecuniária dos servidores abrangidos por esta lei compreende vencimentos e vantagens pecuniárias na forma da legislação vigente.

Art. 27 – Os valores dos vencimentos aplicáveis às classes instituídas por esta lei são os fixados nas Tabelas Salarial para os Grupos 1 e 2, conforme estabelecido pela referência correspondente, instituídos por esta lei.

22



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"  
ESTADO DE SÃO PAULO

Parágrafo único. O valor-hora a ser utilizado para determinar o vencimento referente às jornadas de trabalho de que trata o parágrafo único do artigo 21, referente ao provimento em comissão do cargo de Professor Assessor de Ensino será equivalente a 1/200 horas do valor fixado para cada classe constante do Tabela Salarial para o Grupo de Suporte Pedagógico a que se refere o "caput" deste artigo.

## TABELA DE REFERÊNCIA SALARIAL CARGO DE PROFESSOR – PROVIMENTO POR CONCURSO

REF ATUAL	CARGOS	SITUAÇÃO NOVA	
		REF. SAL.	VB
Tabela Especial	Professor	Tabela Salarial para o Grupo 1	VB 4

## TABELA DE REFERÊNCIA SALARIAL CARGOS DE SUPORTE PEDAGÓGICO – PROVIMENTO EM COMISSÃO

REF ATUAL	CARGOS	SITUAÇÃO NOVA	
		REF. SAL.	VB
XIX, XX, XXIII e XXIV	Professor assessor de ensino	RS C	VB 5
XXIV	Supervisor de ensino		
XXIV	Diretor de escola		
XXIII	Professor coordenador	RS D	VB 5
XXIII	Professor assistente de direção		

## TABELA SALARIAL PARA O GRUPO 1 PROFESSOR

24 horas semanais – Vencimento- Base R\$ 660,00

REFERÊNCIA	N 1	N 2	N 3	N 4	N 5	N 6	N 7
CL 1	660,00	706,20	752,40	798,60	844,80	897,60	950,39
CL 2	950,39	1.003,19	1.062,59	1.121,99	1.181,39	1.247,39	1.313,39
CL 3	1.181,39	1.247,39	1.313,39	1.379,39	1.451,99	1.524,59	1.597,19

2



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"  
ESTADO DE SÃO PAULO

## TABELA SALARIAL PARA O GRUPO 1

### PROFESSOR

30 horas semanais – Vencimento- Base: R\$ 660,00

REFERÊNCIA	N 1	N 2	N 3	N 4	N 5	N 6	N 7
CL 1	825,00	882,75	940,49	998,24	1.055,99	1.121,99	1.187,99
CL 2	1.187,99	1.253,99	1.328,24	1.402,49	1.476,74	1.559,24	1.641,74
CL 3	1.476,74	1.559,24	1.641,74	1.724,24	1.814,99	1.905,74	1.996,49

## TABELA SALARIAL PARA O GRUPO 1

### PROFESSOR

40 horas semanais – Vencimento- Base: R\$ 660,00

REFERÊNCIA	N 1	N 2	N 3	N 4	N 5	N 6	N 7
CL 4	1.583,99	1.671,99	1.770,99	1.869,99	1.968,99	2.078,99	2.188,99
CL 5	1.968,99	2.078,99	2.188,99	2.298,99	2.419,99	2.540,99	2.661,99

## TABELA SALARIAL – PARA O GRUPO 2

40 horas semanais – Vencimento- Base 5: R\$ 500,00

REFERÊNCIA	ÍNDICE	VENCIMENTO
C	490	2.450,00
D	358	1.790,00

Art. 28 – A cada uma das classes de Professor correspondem 7 (sete) níveis de vencimentos, correspondendo ao vencimento inicial das classes CL 1 e CL 4 o valor fixado para o Nível I dessas classes e os demais níveis, correspondentes às classes subseqüentes e reservados à promoção horizontal decorrente de evolução funcional prevista nesta lei.

Art. 29 – As vantagens pecuniárias a que se refere o artigo 26 são o Adicional por Tempo de Serviço e o Adicional Sexta-Parte de que tratam os artigos 145 e 146 da Lei Municipal n. 223/74, observada a nova redação conferida pelo artigo 8º da Lei Municipal n.126/93, com a modificação determinada pelo disposto no artigo 1º, inciso II da Lei Municipal n. 1.129/93, além das eventuais modificações introduzidas pela legislação vigente.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"  
ESTADO DE SÃO PAULO

§ 1º – o Adicional por Tempo de Serviço e o Adicional Sexta-Parte de que trata o "caput" incidirão sobre o vencimento em razão do efetivo exercício, considerando o valor da classe e nível de enquadramento do integrante do cargo de professor, sua jornada de trabalho, bem como sobre o valor correspondente à carga horária suplementar de trabalho docente, quando for o caso.

§ 2º – Para apuração do número total de horas da jornada de trabalho no mês, considerar-se-á o mês como de 5 (cinco) semanas.

Art. 30 – Utilizar-se-á o valor da hora de trabalho do professor no cálculo da retribuição pecuniária devida pelo exercício de carga horária suplementar de trabalho docente e de horas de trabalho exercidas em período noturno, consignados os valores da faixa e nível em que estiver enquadrado.

Art. 31 – O valor da hora de trabalho docente corresponderá a 1/120 (um cento e vinte avos) do valor fixado para a classe e nível de enquadramento, conforme especificado na Tabela Salarial para o Grupo.

Art. 32 – Para efeito de remuneração de trabalho do professor, quando exercido em período noturno, obedecerá ao instituído na legislação vigente.

## CAPÍTULO VIII

### Da Substituição das Funções Docentes

Art. 33 – Fica criado, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o Quadro Temporário constituído de professores admitidos para atendimento, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, da necessidade temporária de substituição docente, de programas de recuperação contínua de alunos e de enriquecimento curricular, considerados de excepcional interesse público, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Art. 34 – Para fins de cumprimento ao artigo anterior, fica criada a função de Professor Adjunto, cujo recrutamento far-se-á mediante concurso público, na forma de processo seletivo simplificado, sujeito a ampla divulgação, e que deverá obedecer aos requisitos constantes dos incisos I e II do artigo 6º desta lei.

Parágrafo único – Nos casos de excepcionalíssimo interesse público e urgência, nos casos de impossibilidade de êxito do concurso público mencionado no « caput » deste artigo, nos casos de demora do trâmite administrativo para as contratações admitir-se-á a aplicação da Lei 958, de 4 de abril de 1990 e suas alterações posteriores.

Art. 35 – O número de funções a serem ocupadas no Quadro Temporário de que trata o artigo 29 será de até 15% do total de professores efetivos para atuação na Educação Infantil e Ciclo 1 do Ensino Fundamental e de até 10% do total de professores efetivos por componente curricular para atuação no Ciclo 2 do Ensino Fundamental.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"  
ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 36 – Os ocupantes de funções de Professor Ajunto serão vinculados ao Quadro Temporário, mediante Portaria de Admissão expedida pela autoridade competente e assinatura do respectivo contrato para exercício por tempo determinado a cada ano letivo e designados pela Secretaria de Educação e Cultura para atuação na unidade escolar da rede municipal de ensino, conforme módulo a ser estabelecido pela Secretaria.

Art. 37 – Caberá à Secretaria de Educação e Cultura estabelecer os procedimentos necessários a seleção e classificação dos Professores Adjuntos.

Art. 38 – Para fins de retribuição pecuniária do período correspondente à Portaria de Admissão, para substituição temporária, o Professor Ajunto perceberá:

I – o equivalente a 50% do valor do vencimento fixado para o Professor CL1 Nível 1 e/ou CL 4 Nível I, conforme o campo de atuação;

II – se, durante o mês de referência, o Professor Ajunto tiver exercido a substituição em período superior a 15 (quinze) dias, a partir do 16º (décimo sexto) dia de exercício, perceberá valor correspondente à carga horária trabalhada equivalente a cada um desses dias.

III – Para fins de retribuição pecuniária previsto no inciso anterior, utilizar-se-á, para cálculo da hora, o mesmo disposto para o cargo de PROFESSOR.

Art. 39 – Aplicam-se ao Professor Ajunto, no que couber, as atribuições e responsabilidades inerentes ao exercício do cargo de Professor, bem como os direitos e deveres fixados nos Capítulos III e IV desta lei.

Art. 40 – Caberá à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, fixar o módulo necessário para o exercício das funções de Professor Ajunto para cada unidade escolar, indicando os critérios considerados para esse efeito.

Art. 41 – Excepcionalmente, quando a unidade escolar não comportar módulo de Professor Ajunto e/ou na hipótese em que o número de ausências seja superior ao módulo fixado para a unidade escolar, a substituição de professor ausente poderá ser exercida nas seguintes condições e ordem de preferência:

I – de recrutamento de professor efetivo, da mesma e/ou de outra unidade escolar, à título de carga suplementar de trabalho docente;

II – de designação de Professor Ajunto classificado no módulo de outra unidade escolar;

III – de professor adjunto classificado no concurso público e ainda não contratado;

§ 1º – Esgotadas essas possibilidades, cabe à Secretaria de Educação e Cultura aplicar o disposto no parágrafo único no artigo 34 desta lei;



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI**

"ITAPEVI - Cidade Esperança"  
ESTADO DE SÃO PAULO

§ 2º - Cabe, ainda, à Secretaria de Educação e Cultura, expedir normas regulamentadoras para o recrutamento e classificação dos professores na forma dos incisos de I a III deste artigo.

Art. 42 – Nos casos em que ocorra vacância do cargo, a designação para o exercício das funções docentes em continuidade somente será permitida nos termos de que trata este capítulo, quando da inexistência de candidato habilitado em concurso público em andamento.

## **CAPÍTULO IX Da Carreira do Professor**

### **SEÇÃO I Das formas de evolução**

Art. 43 – A evolução funcional da carreira do profissional integrante das classes de Professor consiste em Evolução Vertical e Evolução Horizontal, na conformidade do **Anexo I** combinados ao disposto na Tabela Salarial para o Grupo 1 de que tratam esta Lei.

### **SEÇÃO II Da Promoção Vertical**

Art. 44 – A Promoção Vertical definida no **Anexo I** em classes – CL 1, CL 2, CL3, CL 4 e CL 5 – consiste na passagem do professor para a classe imediatamente superior, mediante comprovação de habilitação profissional obtida pela via acadêmica, observados os seguintes critérios:

I – Professor de Educação Infantil e do Ciclo 1 do Ensino Fundamental, incluídos os professores de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos:

a) CL 1 para CL 2: ao professor com habilitação em grau superior de ensino, de graduação correspondente à licenciatura plena, obtida em instituição de ensino reconhecida oficialmente;

CL 1 para CL 3 ou CL 2 para CL 3: ao professor com habilitação em cursos de pós-graduação em nível de mestrado ou doutorado, obtida em instituição de ensino reconhecida oficialmente.

II – Professor do Ciclo 2 do Ensino Fundamental:

CL 4 para CL 5: ao professor com habilitação em cursos de pós-graduação em nível de mestrado ou doutorado, obtida em instituição de ensino reconhecida oficialmente.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"  
ESTADO DE SÃO PAULO

§ 1º – A Promoção Vertical independe de interstício de tempo de serviço e levará em consideração para fins de enquadramento na nova classe, o nível da classe anterior.

§ 2º – Critérios e procedimentos para fins de enquadramento em decorrência da Evolução Vertical serão estabelecidos em regulamento pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes no prazo de 120 dias de vigência desta lei.

## SEÇÃO III

### Da Promoção Horizontal

Art. 45 – A Promoção Horizontal definida no **Anexo I** por Níveis que correspondem aos vencimentos fixados na Tabela Salarial para o Grupo 1 consiste na evolução do servidor para o nível imediatamente superior dentro da mesma classe, dependendo cumulativamente de avaliação satisfatória do seu desempenho na forma a ser estabelecida em regulamento próprio e do interstício constante desta lei.

Art. 46 – A evolução horizontal deverá considerar a avaliação do desempenho em função de:

I – qualidade do trabalho nos aspectos de empenho, esmero e resultados da generalização do conhecimento, domínio do assunto e integração de novas aprendizagens;

II – disposição e disponibilidade para resolver problemas;

III – grau de acessibilidade no atendimento ao trabalho coletivo;

IV – prontidão e devolução no atendimento e resposta às demandas;

V – continuidade e presteza no exercício das atribuições;

VI – resultados qualitativos da atividade docente.

Art. 47 – Não haverá Promoção Horizontal de ocupante de cargo efetivo de Professor que se encontre em estágio probatório.

Parágrafo único: cumprido o período do estágio probatório e se confirmado no cargo pela autoridade competente, o professor será enquadrado automaticamente no Nível II da classe em que se encontrar na data de publicação da confirmação no cargo.

Art. 48 – Os interstícios mínimos para fins de Promoção Horizontal, computado sempre o tempo de efetivo exercício do servidor no nível da classe em que estiver enquadrado o cargo do qual é ocupante serão de:

I – 3 (três) anos na passagem do Nível I para o Nível II;

II – 3 (três) anos na passagem do Nível II para o Nível III;

*[Handwritten signature]*



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI**

"ITAPEVI - Cidade Esperança"  
ESTADO DE SÃO PAULO

III – 4 (quatro) anos na passagem do Nível III para o Nível IV;

IV – 4 (quatro) anos na passagem do Nível IV para o Nível V;

V – 5 (cinco) anos na passagem do Nível V para o Nível VI;

VI – 5 (cinco) anos na passagem do Nível VI para o Nível VII.

Art. 49 – Para fins de aplicação da Promoção Horizontal dos professores conforme interstícios previstos no artigo anterior, deverão ser observadas as diretrizes orçamentárias e demais condições estabelecidas pela legislação vigente.

Art. 50 – O Sistema de Avaliação para a Promoção Horizontal consiste no processo de acompanhamento da contribuição individual do servidor no exercício das suas atribuições em determinado período.

§ 1º – Comissão integrada por membros indicados pelo Titular da Pasta, incluindo membros da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e de representantes do Quadro do Magistério, será instituída para eleger fatores, critérios e pontuação respectivos para fins de aferição do desempenho, bem como para adoção de todos os procedimentos necessários à implementação do sistema de avaliação de desempenho.

§ 2º – O regulamento para implantação do Sistema de Avaliação para Promoção Horizontal será fixado em decreto mediante proposta da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

## **CAPÍTULO X**

### **Do Recesso Escolar e das Férias**

Art. 51 – O Calendário Escolar anualmente instituído pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura determinará os períodos de recesso escolar e de férias anuais dos docentes que estejam em regência de classes em unidades escolares.

§ 1º – Além das férias anuais de 30 (trinta) dias, a Secretaria fará constar do Calendário Escolar os períodos em que haverá cumprimento de atividades educacionais durante o recesso escolar.

§ 2º – Os demais profissionais do magistério farão jus ao gozo de férias anuais de acordo com a lei específica.

§ 3º – A critério da Administração Superior da Secretaria de Educação e Cultura, os períodos de recesso escolar poderão ser estendidos aos demais profissionais do Quadro da Secretaria.





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"  
ESTADO DE SÃO PAULO

## CAPÍTULO XI

### Da Remoção

Art. 52 – Os integrantes da classe de Professor poderão solicitar remoção de uma para outra unidade escolar subordinada ao sistema municipal de ensino, respeitado o campo de atuação de ingresso no magistério público municipal, de acordo com o interesse público verificado pela Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 53 – No interesse da administração, a Secretaria instituirá remoção de professores que precederá a convocação de candidatos aprovados e classificados em concurso público.

§ 1º – A remoção poderá ocorrer por permuta, mediante requerimento de ambos os interessados dirigido ao Secretário Municipal de Educação e Cultura, constando anuência dos diretores de escola das respectivas unidades escolares.

§ 2º – Os critérios de pontuação para classificação dos candidatos à remoção anual bem como suas diretrizes serão fixados pela Secretaria.

## CAPÍTULO XI

### Das Disposições Gerais e Finais

Art. 54 – Os 600 cargos de Professor fixados no artigo 5º da Lei n. 1.406, de 19/8/1998 e os 250 cargos criados pela Lei n. 1.524 de 18/7/2001 constituem o quantitativo de cargos de Professor – CL 1 classificados na Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 55 – Ficam criados 170 cargos de Professor – CL2 para a execução dos serviços mencionados por esta lei.

Art. 56 – Os quantitativos de cargos de Suporte Pedagógico de que trata o Anexo II desta lei alteram aqueles instituídos pelo Anexo Único da Lei n. 1.475 de 17/2/2000, na forma do Anexo III.

Art. 57 – Os casos de acumulação de cargos deverão ser analisados por Comissão instituída na Secretaria de Educação e Cultura, que deverá emitir Parecer nos termos da legislação vigente combinados a critérios que garantam o cumprimento das atribuições inerentes ao cargo que o servidor interessado vier a exercer.

Art. 58 – Para fins de atribuição de classes e/ou aulas, os docentes do mesmo campo de atuação serão classificados anualmente conforme pontuação a ser fixada pela Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 59 – Consideram-se efetivamente exercidas as horas-aulas e horas-atividades que o docente deixar de prestar por motivo de férias escolares, suspensão de aulas por determinação superior, de recesso escolar e de outras ausências que a legislação considerar como de efetivo exercício.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"  
ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 60 – Os docentes do campo de atuação do Ciclo 2 do Ensino Fundamental exercerão suas atribuições de acordo com o horário de aulas fixado pela Unidade Escolar e terão o tempo de serviço consignado em dias corridos para determinação de efetivo exercício.

Art. 61 – A carga horária diária de trabalho docente não poderá exceder a 8 (oito) horas ou 480 (quatrocentos e oitenta) minutos, computadas as unidades escolares de exercício.

Art. 62 – Para fins de frequência e contagem de tempo, o docente que não cumprir a totalidade da sua carga horária diária de trabalho terá consignada “falta dia”.

§ 1º – O descumprimento de parte da carga horária diária de trabalho será caracterizado como “falta aula”, a qual será, ao longo do mês, somada às demais para perfazimento da “falta dia”, observada a Tabela constante do Anexo IV, desta lei.

§ 2º – Ocorrendo saldo de “faltas aula” ao final do mês, serão estas somadas às que vierem a ocorrer no mês seguinte ou subseqüentes.

§ 3º – No mês de dezembro, o saldo de “faltas aula”, qualquer que seja a quantidade, será considerada “falta dia”, a ser consignada no último dia de exercício letivo.

Art. 63 – A “falta dia” de que trata o artigo anterior poderá ser abonada nos termos da legislação vigente.

Art. 64 – O desconto financeiro da “falta dia” será efetuado à razão de 1/30 do valor da retribuição pecuniária mensal.

Art. 65 – O não-comparecimento do professor nos dias de convocação para participar de reuniões pedagógicas, de conselho de classe ou de escola, para atender a pais, alunos e comunidade e outras situações previstas no Plano da Unidade Escolar e/ou, desde que previstos no calendário escolar, da Secretaria de Educação e Cultura, acarretará “falta aula” ou “falta dia”, conforme o caso, observado o total das horas de duração dos eventos e a Tabela constante do Anexo IV desta lei.

§ 1º - (vetado).

§ 2º - (vetado).

Art. 66 – Os cargos de que trata esta lei, quando ocupados por professores colocados à disposição do município nos termos do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado Município para o atendimento do Ensino Fundamental autorizado pela Lei Municipal n. 1.314/96 serão considerados providos especificamente para efeito de lotação das unidades.

Parágrafo único – Os professores de que trata o “caput” atenderão, no exercício de suas atribuições, às normas e diretrizes estabelecidas pelo Sistema Municipal de Ensino.



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI**

"ITAPEVI - Cidade Esperança"  
ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 67 – Ao final do exercício financeiro vigente, far-se-á a verificação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério despendidos com a remuneração dos Profissionais do Magistério em efetivo exercício de suas atividades no Ensino fundamental do Sistema Municipal de Ensino, de forma a apurar a utilização do percentual mínimo determinado no artigo 7º da Lei Federal n. 9.424, de 24/12/1996.

Parágrafo primeiro – Na hipótese em que o percentual mínimo definido não tenha sido utilizado, o valor necessário à sua complementação, apurado na forma do artigo anterior, será rateado na forma de abono entre os profissionais do magistério em exercício de suas atribuições no Ensino Fundamental do Sistema Municipal de Ensino conforme critérios a serem estabelecidos pela Secretaria de Educação e Cultura.

Parágrafo segundo – São considerados profissionais do Magistério no Sistema Municipal de Ensino os Professores de que trata esta Lei e os Servidores que oferecem suporte pedagógico direto às atividades de docência, em direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, definidos em Lei própria.

Art. 68 – Aplicam-se aos Profissionais de Ensino abrangidos por esta lei as disposições da Lei n. 223, de 1/8/1974 – Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Itapevi e suas alterações, bem como disposições atinentes aos servidores públicos previstas na legislação do município, naquilo que não colidirem com os dispositivos desta lei.

Art. 69 – Ficam explicitamente revogadas todas as disposições da Lei n. 1.406, de 19/8/1998.

Art. 70 – As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta dos recursos previstos no orçamento municipal.

Art. 71 – Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## **CAPÍTULO XI**

### **Das Disposições Transitórias**

Art. 72 – Os atuais integrantes da classe de Professor do Sistema Municipal de Educação ficam enquadrados de acordo com os Anexos I e II desta lei, na seguinte conformidade:

I – no Nível I referente a cada uma das classes, o professor que se encontrar em estágio probatório;

*A*



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"  
ESTADO DE SÃO PAULO

II – no Nível II referente a cada uma das classes, o professor que na data de vigência desta lei contar com 3 (três) anos de exercício no cargo do qual é titular.

Parágrafo único: se, na aplicação do inciso II deste artigo, resultar **remuneração** inferior à percebida pelo servidor na data do enquadramento na forma desta lei, será atribuída, a título de vantagem pessoal, a diferença entre a remuneração anteriormente percebida e a resultante do valor de remuneração do novo enquadramento.

Art.73 – Considera-se o prazo de 4 (quatro) anos, contado da data de publicação desta lei, período de transição para que a Secretaria de Educação e Cultura cumpra as determinações da Lei Federal de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na forma do disposto em seu artigo 90 e artigo 8º da Resolução 03, de 3/9/1997, do Conselho Nacional de Educação.

§ 1º – No período de transição fica autorizada, sem prejuízo ao critério de livre exoneração, a permanência, entre os profissionais de suporte pedagógico conforme Anexo III a que se refere o artigo 9º desta lei, dos servidores nomeados em comissão para o Quadro de Suporte Pedagógico instituído na Lei n. 1.475, de 17/2/2000.

§ 2º – Na hipótese de vacância de cargo de suporte pedagógico no período de transição, proposta para sua ocupação, obedecerá ao fixado no Anexo II.

Art. 74 – Ficam extintos os cargos vagos de Assessor Administrativo de Ensino I, II e III determinados no Anexo único da Lei n. 1.475, de 17/2/2000.

§ 1º – Os atuais ocupantes do cargo de provimento em comissão de Assessor Administrativo de Ensino I, II e III nos termos do artigo 1º da Lei n. 1.475, de 17/2/2000, sem prejuízo de livre exoneração, passam a pertencer ao Quadro Suplementar da Secretaria de Educação e Cultura, na forma do **Anexo V** desta lei.


§ 2º – Na hipótese de sua exoneração, os cargos serão extintos.

Art. 75 – Aos atuais ocupantes de cargo em comissão de Suporte Pedagógico promovidos em Concurso Público de Provas e Títulos para provimento do cargo de professor não serão aplicados os requisitos contidos no Anexo II desta lei.

Itapevi, 14 de junho de 2002

  
Dalvani Analía Nasi Oaramez  
Prefeita

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, em 14 de junho de 2002.

  
Alice Gonçalves do Nascimento  
Secretária de Governo